

Para a História da Banca Portuense – Banco Popular Português –

Hugo Silveira Pereira

Investigador do CITCEM

hugojose.pereira@gmail.com

RESUMO

Este pequeno estudo sobre um algo desconhecido banco do Porto (o Banco Popular Português) insere-se numa investigação por mim realizada para o Centro de Estudos de História Empresarial da Universidade Autónoma de Lisboa no âmbito da publicação de um Dicionário de História Empresarial dos séculos XIX e XX, sob direcção do Professor José Amado Mendes. Por motivos editoriais, a entrada naquela obra será um pouco menos extensa que este trabalho que agora apresento, o qual contém informação histórica e teórica adicional.

Tratar-se-á aqui de apresentar uma pequena biografia sobre uma instituição bancária fundada e extinta no Porto nos inícios do século XX, que foi um ensaio mal sucedido de uma figura jurídica que dava cartas na Europa Central – a figura do banco popular –, cujos traços gerais são descritos nas obras de Tomás Cabreira e Costa Leite. Serão tratados os seguintes aspectos: identificação do banco, seu estatuto jurídico, sua localização e expansão geográfica, data de fundação e fecho, fundadores, capital social e respectiva evolução, evolução dos corpos sociais (excepto Mesa da Assembleia-Geral), actividade e expansão económica e razões do seu fracasso.

Baseando-se a investigação sobretudo nos dados fornecidos pelos seus Relatórios e Contas (publicados autonomamente e na colectânea de dados estatísticos recolhidos pelo Ministério das Finanças), tentar-se-á demonstrar a forma como o banco nasceu, cresceu ao tamanho de Portugal e acabou por desaparecer (e porque razões). Analisar-se-ão também os motivos invocados para a fundação do banco e como esses foram depois

abandonados pela direcção em virtude de um plano estratégico mais lucrativo e ambicioso.

PALAVRAS-CHAVE: banco, banca, finança

QUESTÕES TEÓRICAS

O Banco Popular Português é um ilustre desconhecido no panorama historiográfico nacional, muito embora tenha tentado ser um pioneiro em Portugal de um fenómeno com forte implementação na Europa Central (sobretudo Alemanha e Itália): a figura do banco popular (como a seu tempo veremos). Não abundam nem as fontes, nem a informação bibliográfica sobre esta instituição. O facto de apenas ter subsistido por onze anos condicionou, de certo, esta situação. Nas obras de referência (citadas na Bibliografia) apenas se encontram alusões esporádicas, não se conhecendo obras específicas.

Quanto a fontes, além dos Relatórios e Contas, pouco mais existe: referências na estatística oficial (que reproduz os dados constantes nos Relatórios da Gerência), actos públicos lavrados em escritura ou nas páginas do Diário do Governo e alusões em almanaques e anuários. Existe ainda uma caixa de correspondência entre o Banco e a sua filial de Famalicão (a casa Pinto & Companhia), contudo, salvo algumas excepções, trata-se de documentação meramente contabilística e um tanto esparsa, relativa à actividade bancária normal entre sede e agências. É provável que exista mais documentação deste jaez espalhado pelos arquivos nacionais, uma vez que, como veremos, o Banco Popular Português estabeleceu uma rede de filiais por todo o País.

De resto, actas de Assembleias-Gerais ou das reuniões dos Conselhos Fiscais, livros de balanço e razão, copiadores, correspondência recebida e expedida, listagem de sócios e clientes não existem ou pelo menos desconhece-se o seu paradeiro.

Assim, é através dos Relatórios e Contas publicados entre 1918 e 1928 que melhor se conhece a história desta instituição, muito embora tais fontes devam ser encaradas com cuidado, dado o carácter específico desses

documentos. Como instituição financeira, um banco assenta na confiança que imprime aos seus depositantes. Ora, admitir uma situação de crise na apresentação de um Relatório é convidar os clientes a retirar o seu dinheiro dos depósitos. Isto não quer dizer, porém, que os Relatórios não sejam úteis. Embora os números possam não corresponder exactamente à realidade, exprimem, pelo menos, realidades concretas, as quais serão analisadas pelos historiadores. Por outro lado, nem sempre as categorias contabilísticas em que estão inseridos se mantêm ao longo dos anos. Algumas desaparecem, outras mudam de nome e umas terceiras são suficientemente vagas para lançarem dúvidas sobre aquilo que realmente representam. Em 1927, Leite¹ escrevia que certas rubricas dos balanços (Empréstimos a Longo Prazo e Devedores Gerais) mais não passavam de uma espécie de arrecadação em que se guardavam todas as contas que não se desejavam ser publicadas.

No entanto, além da realidade dos números, os Relatórios são também úteis a outros níveis: permitem conhecer a evolução dos órgãos sociais (identificação dos directores do banco, dos vogais do Conselho Fiscal, dos elementos da Mesa da Assembleia-Geral)², a forma como se processou cada um dos anos (principais acontecimentos na vida do banco) e também o modo como a Direcção se dirigia aos seus accionistas (relação entre uma e outros, expectativas em relação ao futuro, etc.).

Assim, além de dar a conhecer a existência desta instituição bancária fundada na cidade do Porto, o objectivo deste pequeno texto passa também por ser um modesto contributo para o conhecimento da História Bancária da cidade, alertando ainda para o facto de muito ter ficado ainda por investigar sobre o Banco Popular Português.

¹ LEITE, 1926: 227

² Como autores dos Relatórios, os directores (alguns deles, pelo menos) constavam necessariamente do documento. O parecer do Conselho Fiscal também indicava os membros do Conselho Fiscal. Apenas a constituição da Mesa da Assembleia-Geral podia ser omitida.

BANCO POPULAR PORTUGUÊS

O Banco Popular Português foi criado em 1917 por Crispim Nunes da Costa em seu nome e em nome de vários homens e empresas de Aveiro, Porto – a maioria –, Viseu, Bragança, Covilhã, Viana do Castelo, Santarém, Coimbra, Faro, Braga, Guarda, Vila Real, Lisboa, Beja e Portalegre (logo após a sua fundação, tornaram-se seus agentes os instaladores de Aveiro, Viseu, Covilhã Santarém, Coimbra, Faro Braga, Guarda e Lisboa). Já no ano anterior Crispim Nunes da Costa tentara constituir o banco, conseguindo autorização governamental para tal em 15 de Abril de 1916 (data do decreto)³. No entanto, dificuldades enfrentadas pelo fundador, em face da guerra, para realizar os 500 contos previstos naquele diploma procrastinaram a constituição do Banco Popular Português para 1917, com um capital mínimo exigido de 250 contos. A 13 de Janeiro de 1917, o Governo renovava a autorização concedida anteriormente, mas só a 9 de Abril de 1917 era lavrada escritura pública de constituição de sociedade no 14.º Cartório Notarial do Porto, nas notas de Artur Cardoso Pinto Osório (publicada em Diário do Governo, III Série, n.º 96 de 24 de Abril seguinte). Surgiu assim ainda antes da vaga de criação de novos bancos ocorrida no período de prosperidade económica que o mundo conheceu no pós-guerra⁴. A acreditar no primeiro Relatório e Contas do banco, a sua constituição não se afigurou fácil por ter sido realizada fora de quaisquer influências de grupos financeiros, só tendo sido conseguida depois de dois anos de persistentes trabalhos de uma extenuante campanha para se obter o decreto autorizando a sua constituição.

No seu logotipo constava o escudo de armas nacional colocado sobre a Cruz de Cristo, tendo em redor a expressão “BANCO POPULAR PORTUGUEZ”. Era uma sociedade anónima de responsabilidade limitada

³ Desde 1896 (lei de 3 de Abril, confirmando a lei de 12 de Julho de 1894) que se impunha aos bancos que não se dedicassem a quaisquer tipos de negócios para além dos que o Código Comercial definia como próprios (câmbios, arbritrios, empréstimos, descontos, cobranças, abertura de créditos, emissão e circulação de notas ou títulos fiduciários pagáveis à vista e ao portador) a necessidade de autorização governamental para a sua fundação.

⁴ VALÉRIO, 2006; MARQUES, 1970.

com um capital inicial de 500 contos (elevável a 1200 contos) dividido em 20 mil acções de 25 escudos cada. Estava sediado no Porto, na Rua do Loureiro, n.ºs 46 a 50, à direita da Estação de São Bento, na freguesia da Sé. Nas páginas d' *O Tripeiro*⁵, é referido que, em 11 de Junho de 1918, o banco se mudou para o prédio da Praça da Liberdade onde se encontrava o Café Suíço (na esquina da actual Rua de Sampaio Bruno com a Praça de D. Pedro). Contudo, só em 1923 – segundo o Relatório e Contas deste ano – se iniciaram negociações tendo em vista a instalação definitiva do banco naquela morada. É provável que o Popular Português tenha ali criado um escritório, mas é de todo impossível que tenha abandonado a sede na Rua do Loureiro, já que em 1928 ainda lá se encontrava.

Desde o seu início se assumiu como um banco popular⁶, tentando reproduzir em Portugal aquilo que se fazia sobretudo em Itália e na Alemanha, mas também na Áustria, na Bélgica, na Bulgária, em França, no Japão, em Inglaterra, na Holanda, na Roménia, na Rússia, na Sérvia e na Suíça. Em todos estes países os bancos populares eram instituições que se baseavam no princípio da utilidade dos co-associados e não do capital (que apenas servia de garantia) e que se destinavam a fornecer crédito aos pequenos produtores e aos operários, que de outra forma ser veriam na impossibilidade de o conseguir, através da recepção e condução das economias populares para o crédito ao pequeno comércio, pequena indústria e pequena agricultura. Eram caracterizados por possuírem elevadas reservas (às quais destinavam grossas fatias dos lucros) e limitarem o dividendo, sendo o excesso das receitas destinado a baixar a taxa de desconto e a subvencionar instituições de carácter social. Davam mais valor aos depósitos a prazo, por serem mais duradouros e deste modo permitirem apoiar mais eficazmente a agricultura, cujo retorno só ocorre no longo prazo. Dedicavam-se também a depósitos económicos com juros e

⁵ *ACONTECEU há 50 anos...*, 1968.

⁶ Deste modo, a sua firma reflectia efectivamente a sua natureza. Umas décadas antes (1876) surgira também no Porto um banco denominado Agrícola e Industrial da Estremadura que, todavia, nada tinha em comum com os bancos agrícolas e industriais (formados com capitais das Misericórdias) criados por decretos de 1866 e 1867 pelo então ministro Andrade Corvo. Não era este o caso do Banco Popular Português.

montantes mínimos atractivos (funcionando como caixas económicas) para evitar o desvio dos aforros para as Caixas Económicas do Estado e para o aumento da Dívida Pública. A operação activa mais importante para estas instituições era o desconto (pequenas letras, simples facturas, avais, etc.), sendo também frequente o redesconto e o empréstimo a descoberto. Eram ainda caracterizados por operarem a nível nacional, lançando uma rede de agências por todo o país. Só as agências locais possuíam um conhecimento íntimo da realidade local, o que era um factor determinante no sucesso dos bancos populares, sobretudo quando os seus potenciais clientes mais não podiam apresentar como penhor dos seus débitos do que a própria honra. Caso assim não fosse, fornecer crédito popular era proibitivo. Deste modo, os bancos populares propunham-se intervir nas franjas da sociedade onde os bancos comerciais não tinham interesse em operar⁷.

Ora, em Portugal o que mais se aproximava dos bancos populares eram as Caixas de Crédito Agrícola e as Caixas Económicas. Crispim Nunes da Costa e seus associados pretendiam alterar essa situação. Pelos seus estatutos, o banco propunha-se auxiliar os pequenos proprietários, comerciantes e agricultores e a realizar obras lucrativas de carácter social (bairros económicos, sindicatos, sanatórios, cooperativas e sociedades de crédito rural e urbano). Estava, assim, autorizado a realizar: empréstimos a pequenos comerciantes, industriais e agricultores, empregados públicos e comerciais, operários e artistas; empréstimos sobre penhores de mercadorias, colheitas, máquinas e instrumentos, rendimentos de propriedades e acções; e depósitos a ordem ou a prazo. Todavia, também lhe era permitido realizar todas as outras operações bancárias (à excepção de realizar contratos de risco ou de seguros, comprar ou vender por conta própria géneros comerciais e possuir imóveis além dos necessários para as suas funções, salvo no caso de liquidação de créditos), ou seja, também podia ser um banco comercial. E foi, de facto, o que acabou por acontecer. A própria Administração confessaria que apesar de ser um banco popular não gozava de nenhum privilégio, pelo que dificilmente podia iniciar a sua

⁷ Para tudo isto, cf. **CABREIRA**, 1915 e **LEITE**, 1927. Ver também **MARTINS**, 1956 para o seu funcionamento ao nível do associado.

vida preocupando-se só com obras lucrativas de carácter social. Deste modo, sem descurar o pequeno comércio e indústria, cedo investiu nas operações que granjeavam “lucro avantajado”⁸ e melhor remuneração aos accionistas: compra e venda de títulos e valores, desconto de letras, transferências e empréstimos. Nos anos seguintes, não deixou de se dedicar a este tipo de operações. Depois de experimentar as luzes do capitalismo, acabou por esquecer a sua missão inicial.

Não deixou, porém, de se aproximar dos seus congéneres europeus, ao estender rapidamente uma rede de agências sobre Portugal. Segundo os seus directores, logo após a sua fundação, o banco foi inundado de ofertas para abertura de agências, tendo aqueles procedido à recolha de informações sobre a seriedade de firmas com quem podiam vir a negociar ou não. A Administração pretendia fazer das agências, pequenos bancos como sucedia com os bancos populares de outros países. Para tal, necessitavam de capital abundante e de um *roulement* (giro bancário) constante entre agências e sede. Em 1918, o banco abria 27 agências. Em 1919, eram já 65 e em 1920, 66. No ano seguinte, esse número passa para 91, ufanando-se o banco de estar representado em todas as localidades nacionais. Em 1923 (para 1922 o Anuário Comercial de Portugal não está disponível), o número de agências sobe para 95 (algumas delas inauguradas já pela filial de Lisboa) e em 1924 para 98. Em 1925, ano em que o Banco Popular Português suspendeu os pagamentos, estava representado em 107 localidades. A crise que atravessa, então, fará reduzir o número de agências abertas para 105 em 1926 e 93 em 1927. Em 1928, todas as agências são suprimidas à excepção da filial de Lisboa⁹. Só se

⁸ **Banco Popular Português**, 1919.

⁹ Inaugurada em Fevereiro de 1920, na esquina da Rua do Ouro, n.ºs 56 a 60 com a Rua da Conceição, n.ºs 135 e 137, na freguesia de São Nicolau, com um capital de 3 mil contos, em substituição da delegação a cargo de Lima & Fragoso. Em 1921 e 1922, compram uma página inteira no Anuário Comercial de Portugal. De 1920 a 1923 foram seus gerentes. Avelino J. Pires, Fernando Pinto Leite Homem e Jaime Henrique Ferreira de Sousa. A partir de 1924 gere a filial o Dr. Mateus de Oliveira Monteiro. A partir desta data, a morada da sede deixa de figurar na Rua da Conceição. Em 1927, só aparece sedeada no número 56 da Rua Áurea. Em 1928, deixa de figurar em anúncio, mas ainda na lista telefónica.

incluem aqui as agências das freguesias cabeças de concelho, sendo possível que outras agências existissem nas restantes divisões concelhias. Além da filial de Lisboa, este banco abriu agências nas seguintes localidades¹⁰: Abrantes, Aguiar da Beira, Alcácer do Sal, Alcanena, Alcobça, Alcochete, Alcoutim, Alenquer, Almeida, Almeirim, Almodôvar, Alpiarça, Alter do Chão, Amarante, Ancião, Arganil, Arouca, Arronches, Arruda dos Vinhos, Aveiro, Avis, Belmonte, Bombarral, Caldas da Rainha, Caminha, Carregal do Sal, Cartaxo, Cascais, Castelo Branco, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Chamusca, Coimbra, Constância, Coruche, Covilhã, Elvas, Espinho, Évora, Fafe, Faro, Ferreira do Alentejo, Ferreira do Zêzere, Figueira da Foz, Figueiró dos Vinhos, Fornos de Algodres, Fundão, Góis, Gouveia, Guarda, Guimarães, Horta, Ílhavo, Lagos, Lamego, Leiria, Lourinhã, Lousada, Mação, Macieira de Cambra, Mafra, Mangualde, Manteigas, Marinha Grande, Mira, Miranda do Corvo, Mirandela, Monção, Monchique, Mondim de Basto, Mortágua, Mourão, Nazaré, Nelas, Oleiros, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Oliveira de Frades, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela, Peniche, Peso da Régua, Pinhel, Pombal, Ponte de Lima, Ponte de Sor, Póvoa de Varzim, Proença-a-Nova, Santa Comba Dão, Santarém, São Braz de Alportel, São João da Madeira, São Pedro do Sul, Santiago do Cacém, Santo Tirso, Seia, Sardoal, Sesimbra, Seixal, Sernancelhe, Setúbal, Silves, Sines, Tábua, Tabuaço, Tavira, Tondela, Torre de Moncorvo, Trancoso, Vagos, Valpaços, Viana do Castelo, Vidigueira, Vieira do Minho, Vila do Conde, Vila Franca de Xira, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Foz Côa, Vila Nova de Ourém, Vila Nova de Paiva, Vila Verde, Vila Viçosa e Vouzela. Chegou a ter ainda delegações em Braga, Barcelos, Évora (aqui a par da agência) e Viseu e mais uma filial em Loulé. Além destas, o banco era também representado no estrangeiro, segundo informação dos Relatórios da Administração. Muitos destes representantes estiveram presentes na fundação do Banco Popular Português (os de Aveiro, Braga, Coimbra, Covilhã, Faro, Guarda, Lisboa, Santarém e Viseu) e alguns deles eram seus embaixadores exclusivos nas localidades onde operavam. No entanto, todos faziam concorrência a outros bancos

¹⁰ Ver agentes em Anexo.

comerciais, apesar de haver ainda muitas localidades que estavam completamente órfãs de instituições bancárias. Assim a característica de os bancos populares operarem onde os bancos tradicionais não tinham interesse não se aplica a este estabelecimento.

As agências faziam circular capitais entre si e com a sede por intermédio de outras instituições bancárias, pelo correio, mediante seguro na Companhia de Seguros Portugal Previdente, ou por cheques sobre Lisboa e Porto. Antes de Maio de 1918, havia uma hierarquização dos representantes: a sede só se ligava às agências através das delegações. Depois daquela data, a relação entre sede e agências tornou-se directa.

Voltando à génese do banco e aos seus estatutos, os accionistas constituíam-se em Assembleia-Geral, onde elegiam (uma acção valia um voto; dez acções, dois votos, 20, quatro votos, e assim sucessivamente) os três vogais do Conselho Fiscal (responsáveis pelo exame das contas) e os 12 membros (seis efectivos e seis suplentes) do Conselho de Administração (responsáveis por gerir e representar o banco e o seu quadro de pessoal, que chegou a ser composto por 29 elementos). Estes, depois, deveriam escolher de entre si os administradores-delegados, que ficavam mais próximos do giro bancário. Ficava ainda prevista a constituição de um fundo de aposentação formado a partir de parte dos lucros anuais (antevendo-se desde logo o direito à reforma por velhice ou invalidez de Crispim Nunes da Costa).

No primeiro Conselho de Administração (1917) constavam: Sebastião dos Santos Pereira de Vasconcelos (presidente), Rafael Pereira dos Santos (secretário), António Augusto da Silva, António Jorge de Almeida Coutinho e Lemos Ferreira, António Vasco Rebelo Valente e Manuel José Alves (vogais). Em 1918, Augusto da Silva e Rebelo Valente são substituídos por António Manuel da Cruz e António Maria de Carvalho. O novo elenco administrativo manter-se-ia no ano seguinte. Por esta altura (1919) o optimismo imperava no seio do banco, em virtude dos excelentes resultados conseguidos no seu primeiro ano e meio de vida (apesar de marcado por convulsões políticas e sociais): a aceitação do público (mais de 2 mil contos de depósitos), um movimento geral perto dos 80 mil contos e um primeiro lucro de 76 contos (dividendo de 7% ou 1\$75 por acção) levaram os

administradores a propor um aumento de capital. Assim, em Assembleia-Geral Extraordinária de 5 de Agosto de 1918, o Conselho de Administração foi autorizado a elevar o capital para 3 mil contos (os estatutos primitivos limitavam o aumento de capital a 1 200 contos). Pretendia-se dar o máximo desenvolvimento às relações bancárias, principalmente com a província e com Lisboa, mas já com pensamento no Brasil e nas Colónias, algo que aparentemente não seria possível com o capital existente. Em 1919, este ascendia já a mil contos e no ano seguinte (desde Fevereiro) a 3 mil contos, divididos em 30 mil acções de 100 escudos cada. Em Assembleia-Geral de 7 de Outubro de 1922, aprovou-se uma modificação aos estatutos no sentido de permitir à Direcção aumentar o capital do banco até 10 mil contos, algo que nunca viria a concretizar-se. Em Assembleia-Geral Extraordinária de Novembro de 1923, são alterados os estatutos (reduzidos a escritura pública em 8 de Março de 1924) tendo em vista o alargamento do campo de acção do banco ao Brasil, Ilhas e Colónias. O optimismo exacerbado da Administração saiu reforçado nos anos seguintes até 1925: o aumento da confiança do público (consubstanciado na quadruplicação dos valores dos depósitos e do activo se bem que adulterados pela forte inflação que se fazia sentir), o movimento em crescendo do banco (sobretudo o desconto de letras e a gestão de fundos flutuantes) e os seus investimentos só auguravam excelentes perspectivas de futuro. Nestes investimentos incluía-se: a Sociedade de Turismo do Porto (fundada em 28 de Outubro de 1919 pelo Banco Popular Português, Banco do Minho e José Augusto Dias F.º & C.ª, com um capital de 1 260 contos e sede na Rua do Loureiro¹¹) que se propunha a explorar a indústria turística em Vila do Conde e Póvoa do Varzim, construindo casinos, casas de espectáculo, hotéis, sanatórios e balneários e financiando a construção de jardins, parques e campos de jogos; a casa bancária Cupertino de Miranda & Irmão, fundada em 14 de Maio de 1919 (com um capital de 100 contos e sede na Rua de Sá da Bandeira, n.º 9) pelo Banco Popular Português, juntamente com o seu empregado Artur Cupertino de Miranda e o irmão deste Augusto Cupertino de Miranda (até 15 de Fevereiro de 1921, quando Artur Cupertino de

¹¹ *ACONTECEU há 50 anos...*, 1969.

Miranda se torna único sócio da instituição, antepassada do Banco Português do Atlântico); a maioria das acções da Companhia Metalúrgica do Norte (empresa que auxiliou financeiramente); sociedade na casa Justino Pinto de Oliveira & C.^a Lda.; investimentos na Moagem Harmonia, Sociedade de Vidago e Pedras Salgadas e Fábrica de Tecidos Avenida, Lda.; e a gestão de uma carteira de títulos (onde se incluíam alguns títulos de dívida dos estados português, francês, brasileiro, inglês, argentino, italiano e alemão, de companhias ferroviárias e da CUF e muitas acções de bancos, fábricas diversas, moagens, agrícolas, energéticas, transportadoras, lúdicas e metalúrgicas), que, a par do desconto de letras, constituía a principal fonte de receita do banco.

Em 1923 a Administração previa um rápido desenvolvimento do banco, graças à sua organização “quase modelar”¹² recusando a necessidade de quaisquer sacrifícios ou restrições, não obstante o insucesso de alguns dos seus empreendimentos e o pouco desafogo das condições da praça: “êste Banco não carece de fazer sacrifícios ou restrições de qualquer espécie, pois tem elementos e recursos que lhe garantem, sob todos os pontos de vista, um rápido desenvolvimento e um êxito completo”¹³. Longe se estava de imaginar o que aconteceria em 1925. Até este ano o banco apresentou uma taxa média de multiplicação de capitais de 611%¹⁴, um coeficiente de encaixe de 11%¹⁵, uma taxa de rentabilidade de 18%¹⁶ e uma taxa de custo social de 3%¹⁷.

¹² A qual se preparava para abranger o Brasil, as Ilhas e as Colónias. **BANCO Popular Português**, 1923.

¹³ Idem.

¹⁴ Média da razão entre o activo total e o capital total de cada ano. Indica o grau de multiplicação dos capitais investidos.

¹⁵ Média da razão entre disponibilidades e obrigações de curto prazo. Indica a capacidade do banco em cobrir no imediato os depósitos dos seus clientes.

¹⁶ Média da razão entre os lucros líquidos e o capital. Indica o grau de rentabilidade do capital investido.

¹⁷ Média da razão entre lucros brutos e activos totais. Quanto maior o valor, maior será o custo que a comunidade terá de suportar para obter o crédito de que se serviu para a actividade económico e vice-versa. Todos estes conceitos foram avançados por Jaime Reis.

A Direcção do banco continuaria a sofrer alterações até 1925. Do elenco de 1919, só se mantêm em 1920, Sebastião dos Santos Pereira de Vasconcelos e Rafael Pereira dos Santos a quem se junta António Maria Leite, em substituição de Manuel José Alves. Em 1921, Alberto Pinheiro Torres substitui Rafael Pereira dos Santos. Em 1922, a Direcção é remodelada por completo, saindo eleitos em 7 de Outubro Manuel Vaz de Sousa Bacelar Teles (Visconde de Montalegre), Manuel Maria de Araújo Rangel Pamplona e António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior. No ano seguinte, a estes dois últimos juntam-se Pedro de Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon (Conde de Azevedo), José Maria Soares Vieira e Basílio Ferreira de Macedo, elenco que se mantêm em 1924 e no ano seguinte, quando o Banco Popular Português suspendeu os pagamentos (17 de Agosto), em virtude do agravamento da situação económico-financeira da praça e do pânico que se apoderou dos seus depositantes após igual medida ser tomada pelo Banco Comercial do Porto. Por outro lado, uma grande parte das acções e obrigações possuídas pelo banco não valiam mais que um escudo enquanto que alguns dos seus créditos não valiam o papel que os atestava.

A Administração afirmava tratar-se de uma decisão provisória (os investimentos do banco em breve retornariam), que duraria até à reorganização da instituição, a qual se afigurava para breve. Em 26 de Setembro, a Assembleia-Geral aclama a Administração, mas nomeia uma comissão de inquérito (que nunca tomaria posse) à vida do banco desde a sua fundação. Entretanto, o projecto de reorganização continuava em elaboração. Nunca veria a luz do dia. Em Dezembro, é anunciada a liquidação do estabelecimento (supervisionada por Belchior de Figueiredo, por parte do Governo). Aos credores é proposto o pagamento repartido dos seus créditos: 60% em acções de uma futura emissão e 40% em dinheiro. Em 1927, a situação do banco manteve-se, no entanto a Direcção continuava esperançada no processo de reorganização do banco (o qual aparentemente nada avançara), no corte nas despesas e no resultado das

Sem termos comparativos com outros bancos é difícil, porém, aferir se os valores são altos ou baixos. Fica a investigação em aberto.

empresas em que investira (embora não tivesse conhecimento do seu estado, como confessa). Finalmente, a 3 de Janeiro de 1928, é homologada em tribunal a concordata entre o banco e os credores, que reduziu em 55% o passivo.

Durante a liquidação do banco, registaram-se novas alterações ao nível da Direcção: em 1926, da equipa anterior só se mantinha António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior, coadjuvado por Eduardo da Mota Ribeiro (até 1927), António de Jesus Godinho e Adelino Artur Lopes Cardoso. Em 1928, o Conselho de Administração que encerrou as portas do banco era composto por: Francisco Augusto Pinto Félix, Jaime Rodolfo Novais e Silva, José Mariano de Azevedo de Figueiredo e António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior.

O Banco Popular Português encerraria assim em 1928, 11 anos depois da sua fundação, sucumbindo à crise iniciada em 1920-1922 e que se prolongou até 1925, incapaz de se adaptar às novas condições do mercado financeiro. Foi uma instituição que de banco popular apenas tinha o nome, já que nunca demonstrou possuir as características daquelas instituições: não possuía reservas elevadas nem lhes destinava uma grossa fatia do seu lucro (a partir de 1919 deixou de o fazer de todo, mantendo-se o fundo de reserva em 790 contos); não limitava o dividendo (manteve-se sempre nos 10%) em benefício da moderação do juro que praticava; não servia de caixa económica; e nunca subvencionou instituições de carácter social. Só se aproximava dos bancos populares por estender uma apertada rede sobre o País e por dar uma maior importância aos depósitos a prazo (os juros de depósitos constituíram a principal despesa do banco, a par de impostos e ordenados) e ao desconto de letras, embora neste caso se enquadre melhor no conceito adiantado por Leite de banco de depósito e desconto. De facto este autor, que escreve em 1927, nem sequer considera o Banco Popular Português como um verdadeiro banco popular, colocando as Caixas Económicas como as instituições que, em Portugal, deles mais se aproximavam.

ANEXOS

Anexo I – Lista de filiais do Banco Popular Português¹⁸

LOCALIDADE	AGENTE	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928
Abrantes	João Marques Pinto <u>Mena & Pinto</u>											
Aguiar da Beira	Fernando da Silva Lares											
Alcácer do Sal	Manuel Silveira Barradas											
Alcanena	Manuel Lopes dos Santos											
Alcobaça	Raimundo Ferreira Daniel											
Alcochete	Estêvão Augusto Nunes											
Alcoutim	João Cesário Torres & Irmão											
Alenquer	Viúva de José Laureano Gonçalves <u>Rafael Batóreo</u> <u>Tito Leal Batóreo</u>											
Almeida	Raul E. da Costa											
Almeirim	<i>Honorato de Mendonça</i>											
Almodôvar	Francisco Amaro, Lda.											
Alpiarça	Augusto Pedro & Calado											
Alter do Chão	João de Jesus Gonçalves											
Amarante	Rodrigo Ferreira da Cunha											
Ancião	<i>A. Prudente de Oliveira</i>											
Arganil	<i>José Augusto Rosário Dias</i>											
Arouca	António Gomes Teixeira											
Arronches	António Moura Tenório											
Arruda dos Vinhos	Manuel Domingos Laje Júnior											
Aveiro	<i>António da Maia</i> <u>Pompeu Alvarenga</u>											
Avis	<i>José António da Fonseca</i>											
Barcelos	<u>Agostinho Mórão de Campos</u> <u>e Mário Norton</u>											
Belmonte	António Vaz Barreiros <u>Manuel Esteves de Matos</u> <u>Proença</u>											
Bombarral	<i>António Ferreira dos Santos</i>											
Braga	<u>Manuel da Conceição Rocha</u> (& C.ª a partir de 1921)											

¹⁸ Legenda: a *itálico*, encontram-se os agentes que se dedicavam em exclusivo ao Banco Popular Português. Em sublinhado, estão as delegações. As filiais encontram-se a **negrito**. Para 1922 não encontrei dados. Assumi-se que os que operavam antes e depois daquela data, também operaram durante esse ano.

LOCALIDADE	AGENTE	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928
Silves	Eduardo Lopes & Irmão Castro, Marques & C. ^a , Lda.											
Sines	João da Silva Barbosa											
Tábua	António da Costa Carvalho, F. Castanheira Dinis & C. ^a											
Tabuaço	António Ferreira Soeiro											
Tavira	Carlos Rodrigues Mil- Homens											
Tondela	Virgílio Correia do Vale, Sucessores											
Torre de Moncorvo	José António Dourado											
Trancoso	Abel Augusto Proença Alfredo Coelho Rosário											
Vagos	Maximiano Ferreira Pimentel Edmundo Martins Rosa											
Valpaços	José Alfredo dos Reis											
Viana do Castelo	Domingos Pinto da Rocha											
Vidigueira	Carvalho & Jorge Joaquim Rosa Jorge											
Vieira do Minho	Fortunato Freire de Lis Castro e Oliveira											
Vila do Conde	Santos, Sousa & C. ^a , Lda. Cooperativa Vilacondense											
Vila Franca de Xira	Francisco Alves Tavares & C. ^a Sousa Lopes & C. ^a , Lda.											
Vila Nova de Famalicão	Pinto & C. ^a											
Vila Nova de Foz Côa	Delfim Mário de Almeida Pires											
Vila Nova de Ourém	António Joaquim de Sousa Leitão Ildefonso Maria Fernandes											
Vila Nova de Paiva	Joaquim Almeida e Sá											
Vila Verde	Alberto J. da C. M. Vilela											
Vila Viçosa	Rafael de Matos Boim											
Viseu	Dr. Agostinho Ferreira Coutinho Aragão & C. ^a Aragão & C. ^a Sucessor											
Vouzela	Correia, Figueiredo & C. ^a , Sucessores											
TOTAL		26	65	66	91	85	95	98	107	105	93	1

Anexo II – Lista de Direcções¹⁹

ANO	NOME
1917	Sebastião dos Santos Pereira de Vasconcelos
	Rafael Pereira dos Santos
	António Augusto da Silva
	António Jorge de Almeida Coutinho e Lemos Ferreira
	António Vasco Rebelo Valente
	Manuel José Alves
1918	Sebastião dos Santos Pereira de Vasconcelos
	Rafael Pereira dos Santos
	António Manuel da Cruz
	António Jorge de Almeida Coutinho e Lemos Ferreira
	António Maria de Carvalho
	Manuel José Alves
1919	Sebastião dos Santos Pereira de Vasconcelos
	Rafael Pereira dos Santos
	António Manuel da Cruz
	António Jorge de Almeida Coutinho e Lemos Ferreira
	António Maria de Carvalho
	Manuel José Alves
1920	Sebastião dos Santos Pereira de Vasconcelos
	Rafael Pereira dos Santos
	António Maria Leite
1921	Sebastião dos Santos Pereira de Vasconcelos
	Alberto Pinheiro Torres
	António Maria Leite
1922 ²⁰	Manuel Vaz de Sousa Bacelar Teles (Visconde de Montalegre)
	Manuel Maria de Araújo Rangel Pamplona
	António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior
1923	Manuel Maria de Araújo Rangel Pamplona
	António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior
	Pedro de Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon (Conde de Azevedo)
	Basílio Ferreira de Macedo
	José Maria Soares Vieira
1924	Manuel Maria de Araújo Rangel Pamplona
	António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior
	Pedro de Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon (Conde de Azevedo)
	Basílio Ferreira de Macedo
	José Maria Soares Vieira

¹⁹ Apenas estão listados alguns nomes, tendo em conta que segundo os estatutos de 1916, a Direcção era composta por 12 membros.

²⁰ Eleitos a 7 de Outubro.

1925	Manuel Maria de Araújo Rangel Pamplona
	António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior
	Basílio Ferreira de Macedo
	Pedro de Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon (Conde de Azevedo)
	José Maria Soares Vieira
1926-1927	António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior
	Eduardo da Mota Ribeiro
	António de Jesus Godinho
	Adelino Artur Lopes Cardoso
1927-1928	Francisco Augusto Pinto Félix
	Jaime Rodolfo Novais e Silva
	José Mariano de Azevedo de Figueiredo
	António Eduardo Ferreira Barbosa Júnior

Anexo III – Lista de Conselhos Fiscais

ANO	NOME
1917	António Joaquim Ferreira da Silva
	José Barbosa Ribeiro
	Henrique José Mendes Guimarães
1918	António Joaquim Ferreira da Silva
	José Barbosa Ribeiro
	Henrique José Mendes Guimarães
1919 ²¹	António Joaquim Ferreira da Silva
	José Barbosa Ribeiro
	e Henrique José Mendes Guimarães
1920	António Joaquim Ferreira da Silva
	José Barbosa Ribeiro
	e Henrique José Mendes Guimarães
1921	António Joaquim Ferreira da Silva
	José Barbosa Ribeiro
	Henrique José Mendes Guimarães
1922	Conselheiro António Joaquim Fererira da Silva
	José Barbosa Ribeiro
	Joaquim do Vale Coelho Cabral
1923	José Barbosa Ribeiro
	Joaquim do Vale Coelho Cabral
	Alberto Júlio Pinto Vilela
1924	José Barbosa Ribeiro
	Joaquim do Vale Coelho Cabral
	Alberto Júlio Pinto Vilela
1925	José Barbosa Ribeiro
	Joaquim do Vale Coelho Cabral
	Alberto Júlio Pinto Vilela

²¹ Não existe o Relatório e Contas deste ano. Provavelmente mantiveram-se os mesmos conselheiros fiscais.

1926-1927	António Manuel da Cruz
	Agostinho Ferreira de Almeida
	Júlio Genelioux
1927-1928	Alexandre Luís de Castro Ferreira Braga
	Bento Gomes de Moraes Sarmiento

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

ALMANAQUE do Porto e seu distrito para 1917, 1916. Porto: [s.n.].

ANUÁRIO Comercial de Portugal, Ilhas e Colónias de 1918-1929, 1918-1929. Dir. Caldeira Pires. Lisboa: Tipografia Anuário Comercial.

ANUÁRIO do Comércio do Porto e seu distrito (1917-1920, 1926-1928), 1917-1920, 1926-1928. Porto: Manuel Pinto de Sousa Lello.

ANÚNCIO da Direcção Geral do Comércio e Indústria – Repartição de Comércio, 1917. “Diário do Governo”. Lisboa: Imprensa Nacional, II Série, n.º 17 (Janeiro-Março), p. 240.

ANÚNCIO da Direcção Geral do Comércio e Indústria – Repartição de Comércio, 1916. “Diário do Governo”. Lisboa: Imprensa Nacional, II Série, n.º 92 (Abril-Junho) pp. 1423-1424.

BANCO Popular Português, 1923. “Diário do Governo”. Lisboa: Imprensa Nacional, III Série, n.º 278 (Outubro-Dezembro) p. 3437.

BANCO Popular Português, [1916] – Estatutos do Banco Popular Português. [S.l.]: [S.n.]. Biblioteca Nacional de Portugal (S.C. 10280//7 P.).

BANCO Popular Português, 1919; 1921-1928 – Relatório e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal (1917-1919; 1921-1927). [S.l.]: [S.n.]. Biblioteca do Banco de Portugal (BPR/PT-00111).

CARTÓRIO Notarial do Porto (Po-14.º), 1917 – Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada Banco Popular Português. Arquivo Distrital do Porto (I/17/5-7), livro n.º 49, pp. 25v-34, 9 de Abril.

CONSTITUIÇÃO de sociedade, 1917. “Diário do Governo”. Lisboa. III Série. 96 (Abril-Junho) 1063-1065.

CASA Bancária Pinto & Companhia Lda., 1918-1925 – *Correspondência do Banco Popular Português*. Arquivo Distrital do Porto (PT/ADPRT/EMP/CBPCL/0136 e 0137).

PORTUGAL. Ministério das Finanças. Direcção Geral de Estatística, 1922-1928 – *Situação Bancária nos anos de 1919 a 1927. Bancos, Caixas e Companhias de Crédito*. Lisboa: Imprensa Nacional.

PORTUGAL. Ministério das Finanças. Direcção Geral de Estatística, 1925-1929 – *Anuário Estatístico de Portugal (1920-1929)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Bibliografia

ACONTECEU há 50 anos... Diário Retrospectivo, 1968. “O Tripeiro”. Porto: [s.n.], VI série, ano VIII, n.º 6 (Junho), pp. 189-192.

ACONTECEU há 50 anos... Diário Retrospectivo, 1969. “O Tripeiro”. Porto: [s.n.], VI série, ano IX, n.º 10 (Outubro), pp. 317-320.

BESSA-LUÍS, Agustina, dir., 1969 – *Banco Português do Atlântico 1919-1969*. Porto: Banco Português do Atlântico, 1969.

CABREIRA, Tomás, 1915 – *O problema bancário português*. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva.

CÂMARA, João da Sousa, dir., 1968 – *Banco Totta-Aliança, 125.º Aniversário (1843-1968)*. [S.l.]: [s.n.], 1968.

CASTRO, Aurora Teixeira de, 1926 – *Monografia da cidade do Porto*. Lisboa: Oficinas da Secção de Publicidade do Museu Comercial.

LEITE (Lumbrals), João Pinto da Costa, 1927 – *Organização bancária portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora Lda.

MARQUES, A. H. de Oliveira, 1970 – *A Primeira República Portuguesa: para uma visão estrutural*. Viseu: Livros Horizonte.

MARQUES, A. H. de Oliveira; ROLLO, Fernanda, 1991 – *A banca. Bancos comerciais*. “Nova História de Portugal”. Lisboa: Editorial Presença, vol. 11, pp. 273-276.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, 1956 – *Banco*. “Estudos de Economia e Finanças”. Lisboa: Guimarães Editores, pp. 93-300.

NUNES, Ana Bela, BASTIEN, Carlos, VALÉRIO, Nuno, 1994 – *Caixa Económica Montepio Geral. 150 Anos de História 1844-1944*. Lisboa: [s. n.].

REIS, Jaime, 1991 – *Os Bancos Portugueses 1850-1913*. “Anais da Conferência Internacional de História de Empresa”. Niterói, pp. 42-91.

Sousa, Fernando de, 1984 – *Banco Borges & Irmão 1884-1984: Uma Instituição Centenária*. Porto: Banco Borges & Irmão.

VALÉRIO, Nuno, coord., 2006 – *História do Sistema Bancário Português*. Lisboa: Banco de Portugal.